Artigos

01.	Avocação pelo Tribunal Administrativo do CADE de ato de concentração aprovado pela Superintendência-Geral: análise de seus requisitos e limites	
	Alberto Afonso Monteiro	9
02.	O poder normativo das agências reguladoras na jurisprudência do STF: mutação constitucional do princípio da legalidade?	
	Egon Bockmann Moreira, Heloisa Conrado Caggiano	35
03.	Colaboración público-privada para la concreción de proyectos de generación de energía renovable en Argentina	
	Ezequiel Cassagne	59
04.	A tutela da concorrência no âmbito do Direito Comunitário e a modificação objetiva dos contratos públicos no Código dos contratos públicos português (CCP)	
	Fabiane Tessari Lima da Silva	83
05.	A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública	
	Flávio Amaral Garcia	109
06.	A análise prévia de atos de concentração: o grande desafio do novo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência	
	Mayara Gasparoto Tonin	137
07.	A intervenção direta do Estado no domínio econômico: limites constitucionais à atuação no mercado das empresas públicas	
	Otacílio dos Santos Silveira Neto	157
08.	Papel presente y futuro de la Junta Consultiva de contratación administrativa en el sistema organizativo español para la contratación pública	
	Rafael Fernández Acevedo	175
09.	O regime jurídico dos contratos de patrocínio celebrados pelo Poder Público	
	Rafael Véras de Freitas	215